

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MF = 8,8  
DA01

**A INFLUÊNCIA DA FIRMA JOÃO CÂMARA & IRMÃOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE BAIXA-VERDE**

**Romulo Jarson Souza e Silva**

**Natal  
2000.1**

**ROMULO JARSON SOUZA E SILVA**

**A INFLUÊNCIA DA FIRMA JOÃO CÂMARA & IRMÃOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE BAIXA-VERDE**

Monografia apresentada à disciplina  
Pesquisa Histórica II, ministrada pela  
Professora Denise Mattos Monteiro, do  
curso de História da Universidade Federal  
do Rio Grande do Norte, sob orientação da  
Professora Maria Ferdinanda Silveira  
Soriano da Cruz.

1920  
1920/2000

**Natal  
2000**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de chegar aonde estou e me ajudado nas horas mais difíceis.

A meus pais e toda a minha família pelos esforços para que eu pudesse chegar neste momento especial de minha vida.

As amizades feitas durante a vida e que me ajudaram durante a minha vida na Universidade.

Aos professores do curso que sempre me apoiaram. À Professora Maria Ferdinanda Silveira Soriano, que me orientou no presente trabalho, a Professora Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva pela normatização do trabalho.

## DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado aos meus avós que não tiveram a oportunidade de ver seu neto concluindo um curso superior e onde quer que estejam neste momento, estão rezando por mim.

Ao meu tio Raul, que do mesmo modo que meus avós, não pôde acompanhar esse momento em minha vida.

A todas as pessoas que, de alguma maneira, fizeram parte da minha vida.

(...) "todo aquele que tendo encontrado o desígnio de não viver de esmolas, isto é, de não repousar preguiçosamente sobre as opiniões tomadas de empréstimos ao acaso, colocar seus próprios pensamentos em movimento, para encontrar e abraçar a verdade, experimentará a alegria nesta busca, seja o que for encontrar"

- John Locke -

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 2  |
| <b>1 A INDUSTRIALIZAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA</b> .....   | 4  |
| 1.1 - A Revolução Industrial .....   | 4  |
| 1.2 - A industrialização brasileira .....  | 5  |
| 1.2.1 - A participação dos imigrantes na industrialização brasileira .....                                     | 9  |
| 1.2.2 - A participação das firmas estrangeiras .....   | 10 |
| <b>2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE E NO RN</b> .....  | 12 |
| 2.1- Os motivos da fraca industrialização do Nordeste .....  | 12 |
| 2.2 - A indústria têxtil no Nordeste brasileiro .....  | 14 |
| 2.3- A indústria no Rio Grande do Norte .....  | 18 |
| 2.3.2.- A atuação das multinacionais no Rio Grande do Norte .....  | 19 |
| 2.3.3- O crescimento das cidades do interior do Rio Grande do Norte durante<br>a década de 1930-1940 .....     | 20 |
| <b>3 A IMPORTÂNCIA DA FIRMA JOÃO CÂMARA &amp; IRMÃOS<br/>NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE BAIXA-VERDE</b> ..... | 22 |
| 3.1 - O surgimento do povoado de Baixa-Verde.....  | 22 |
| 3.2 - A firma João Câmara & Irmãos .....   | 23 |
| 3.3 - A dependência da cidade de Baixa-Verde das ações de João Câmara .....                                    | 24 |
| 3.4 - A importância da firma João Câmara & Irmãos para o Estado .....  | 27 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 29 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....  | 31 |
| <b>FONTES</b> .....  | 33 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 34 |

## INTRODUÇÃO

Na historiografia do Rio Grande do Norte os capítulos sobre a economia do Estado, sempre realçam as cidades de maior porte, como Natal e Ceará-Mirim, e omitem o papel desempenhado por localidades menores do interior do Estado. Exemplo dessa afirmação é a exclusão da importância desempenhada, no passado, pela cidade de Baixa-Verde.

} Problem

Pretendemos demonstrar a importância da empresa João Câmara & Irmãos, possuidora de uma fábrica de beneficiamento de algodão instalada em Baixa-Verde, como uma das maiores no comércio do algodão, na economia do município e do Rio Grande do Norte durante o período de seu funcionamento, contextualizando-a no processo de industrialização brasileiro, destacando seu fundador (João Severiano da Câmara).

Contemplamos o período compreendido entre 1927, quando a firma muda a razão social para João Câmara & Irmãos e moderniza-se através da instalação de novos equipamentos, até meados de 1950, quando a fábrica pede falência. É desconhecida a data exata desse acontecimento devido a inexistência da documentação daquele estabelecimento comercial em arquivos e jornais.

No decorrer da pesquisa enfrentamos inúmeras dificuldades devido a escassez de informações desejadas. As fontes consultadas foram os Censos Demográficos do IBGE que demonstram o aumento populacional da cidade durante a existência do referido estabelecimento comercial. Não tivemos acesso ao Censo de 1930, época em que a localidade ainda era um vilarejo ligado ao município de Taipú, privando-nos, assim de subsídios sobre a evolução inicial de Baixa-Verde. Trabalhamos com os Censos de 1940, 1950 e 1960 e com o jornal "A República". Este periódico à época, era o único jornal onde os municípios informavam sobre a arrecadação e sobre a vida municipal. Porém, muitos jornais não se encontram em condições de serem pesquisados, ou foram perdidos, como o caso dos exemplares dos anos de 1951 a 1957 (anos correspondentes à fase final do estabelecimento comercial). Outra dificuldade foi a falta de documentação da empresa que (segundo depoimento de vários dos membros da família Câmara) perdeu-se no tempo,

além da falta de documentação na própria cidade de João Câmara sobre a empresa ou a própria cidade no período de funcionamento da firma na cidade.

A bibliografia utilizada na monografia dá ênfase ao processo de industrialização, principalmente à indústria ligada ao algodão. Procuramos contextualizar todo o processo de industrialização ocorrido a nível mundial e a nível nacional. Preocupamo-nos em consultar obras sobre a industrialização do Nordeste brasileiro, procedimento usado também na contextualização do Rio Grande do Norte no processo de industrialização. Pesquisamos a bibliografia crítica que trata da cidade de Baixa-Verde, da atuação da empresa João Câmara & Irmãos e do seu fundador; ao mesmo tempo que consultamos livros que os enaltecem. Desse modo tentamos ser imparciais quando escrevemos sobre João Câmara e suas atividades empresariais.

Vale salientar que João Câmara & Irmãos iniciou com uma pequena fábrica em Baixa-Verde e em pouco mais de dez anos transformou-se numa das maiores firmas do ramo no Estado, com filiais em pelo menos seis municípios do interior do Rio Grande do Norte e contribuiu para a passagem do vilarejo à condição de maior centro comercial da região do Mato Grande.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro - A INDUSTRIALIZAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA - trata dos processos de industrialização mundial e brasileiro, destacando o algodão em todo o processo de industrialização da região Sudeste. O segundo capítulo - A INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE - aborda o processo industrial nordestino e particularmente no Rio Grande do Norte, enfocando o crescimento de alguns municípios do Estado e a chegada das multinacionais. O terceiro capítulo - A IMPORTÂNCIA DA FIRMA JOÃO CÂMARA & IRMÃOS NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE BAIXA-VERDE - dá ênfase à atuação da empresa João Câmara & Irmãos e o seu criador como impulsionador do crescimento de Baixa-Verde. Fazemos anexar um quadro dos principais exportadores do Estado (em volume e valor) entre os anos de 1937 a 1939 e de 1945 a 1948, período de maior destaque das exportações da empresa no Estado, além da arrecadação municipal nos anos de 1933, 1935, 1938, 1944, 1955 e 1956.

# 1 - A INDUSTRIALIZAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA

## 1.1 - A revolução industrial

A chamada "revolução" industrial inglesa tem sido entendida como o ponto de partida para a industrialização mundial, onde os homens são substituídos por máquinas mais velozes. Para alguns historiadores, constitui-se na troca da mão-de-obra operária pelas máquinas.

Warren Dean diz sobre a revolução industrial que:

"...verificou-se apenas lenta acreção de habilidades e capital fixo, cujos inícios são remotos e indiscutíveis. O industrialismo, evidentemente registrou-se primeiro na Inglaterra e espalhou-se, por meio da dispersão de operários especializados, produtos, maquinários e as vezes, capital para Europa do Norte e para os Estados Unidos por volta de 1800."<sup>1</sup>

Até o início do século passado, apenas alguns países da Europa Ocidental e os Estados Unidos compunham o grupo dos industrializados, os outros figuravam apenas como fornecedores de matéria-prima, para as indústrias desses países, em troca de artigos manufaturados .

Durante essa "revolução", a primeira indústria a se modernizar foi a do algodão. Segundo Erick J. Hobsbawn "até a década de 1830 o algodão era a única indústria britânica em que predominava a fábrica ou engenho."<sup>2</sup>

Nota-se neste ponto que a indústria têxtil teve grande importância, pois além de ser o setor mais desenvolvido, também era o que mais empregava mão-de-obra e que mais lucrava com as vantagens da mecanização, que ampliou a produtividade sem o aumento da mão de obra.

---

<sup>1</sup> DEAN, Warren. A industrialização durante a república velha. In FAUSTO, Bóris (Org.). O Brasil Republicano, p. 251

<sup>2</sup> HOBBSBAUM, Erick J. A era das revoluções, p. 53

Essa troca de produtos acabava impedindo o aparecimento de algum tipo de indústria nos países que não haviam entrado diretamente na revolução industrial.

## 1.2 - A industrialização brasileira

Segundo Francisco Iglesias "a nossa industrialização é um processo que começou com os índios e com os portugueses, embora só em período recente é que o impulso tenha sido maior".<sup>3</sup>

Esse historiador reconhece pelo menos cinco momentos na industrialização brasileira: o primeiro com início no período colonial durante a dominação portuguesa, quando a matéria-prima é tosca, sendo qualificada como artesanato; o segundo é a superação do pacto colonial, com um tímido surto de industrialização que fica encolhido pelas leis protecionistas; o terceiro começa em 1850 com a liberação do capital decorrente da lei supressora do tráfico; o início do quarto período coincide com o fim da escravidão brasileira e a conseqüente instauração do trabalho livre; o quinto e último período tem seu marco inicial em 1914, quando a Primeira Guerra Mundial abala a ordem internacional, forçando o país a aumentar a produção de bens primários, de consumo e ainda de maquinários.<sup>4</sup>

Após libertar-se do domínio português, a incipiente indústria brasileira ainda não conseguia competir com os produtos fabricados na Inglaterra, Renato Mocellin coloca dois motivos para essa falta de competitividade:

"1) A Inglaterra, devido aos tratados comerciais que havia firmado, pagava pequenas taxas alfandegárias, podendo assim vender produtos a preços baixos.

2) os produtos ingleses eram de melhor qualidade devido ao grande desenvolvimento de sua indústria."<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> IGLESIAS, Francisco. A industrialização brasileira, p. 7

<sup>4</sup> Ibid., p. 8-9

<sup>5</sup> MOCELLIN, Renato. A história crítica da nação brasileira, p.131

Só em 1843 quando os tratados com a Inglaterra foram revogados o país inicia sua industrialização. Em 1844 o então ministro Alves Branco aumenta os impostos sobre os produtos importados, concorrendo para o desenvolvimento da indústria nacional. A lei atinge a mão-de-obra e força o capital a tomar outro rumo.<sup>6</sup>

Os números da época mostram essa evolução:

"... entre 1850 e 1860 foram criados nesse período sessenta e duas empresas industriais, três caixas econômicas, quatorze bancos, vinte e três companhias de seguro, vinte companhias de navegação, oito estradas de ferro, melhorias no transporte urbano e a criação de empresas de mineração e gás."<sup>7</sup>

Nesse contexto de crescimento econômico surge a figura de Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá que tentou introduzir no Brasil um capitalismo moderno. Segundo Eduardo Bueno, Evangelista foi "o primeiro 'self-made man' urbano do país."<sup>8</sup>

As posições políticas (liberais e abolicionistas) e das pressões do capital estrangeiro, contribuíram para sua derrocada. Em 1875 após pedir moratória por três anos Mauá faliu. Mesmo com as dificuldades impostas pelos burocratas do Império, ainda assim conseguiu sair com seu nome limpo e já não era mais o grande construtor da nação.<sup>9</sup>

A partir de então a industrialização brasileira entra num processo de estagnação até que a abolição da escravidão e o triunfo do café na economia, fazem com que o Brasil entre em um surto de industrialização onde os lucros dos cafeicultores eram reinvestidos em estradas de ferro, bancos, etc.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> IGLESIAS, Francisco. Op. cit., p. 45

<sup>7</sup> MOCELLIN, Renato. Op. cit., p.131

<sup>8</sup> BUENO, Eduardo. História do Brasil, p.132

<sup>9</sup> Ibid., p.133

<sup>10</sup> DEAN, Warren. Op. cit., p.252

Nos anos de 1888 e 1891 a velha ordem é alterada com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. As novas relações de trabalho firmadas aos poucos estabeleceu o salário como norma. Durante a "República Velha", principalmente no governo de Hermes da Fonseca, as providências tomadas pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa tentaram atender as exigências dos setores médios da sociedade. Segue-se uma política industrializante.<sup>11</sup>

Além desses acontecimentos, houve a participação dos empresários ligados ao café que investiram em diversos ramos da indústria, constituindo por assim dizer outro fator para o que alguns autores costumam chamar de primeiro surto industrial brasileiro.<sup>12</sup>

A partir de 1885 a industrialização se configura cada vez mais, Victor Leonardi corrobora esta afirmação através de números:

"... entre 1880 e 1884 foram fundados aqui 150 estabelecimentos industriais; de 1885 a 1889 esse número sobe para 248, totalizando, no ano da Proclamação da República 636 estabelecimentos industriais."<sup>13</sup>

Durante o processo de industrialização do Brasil, o setor ligado ao algodão foi um dos primeiros a consolidar-se, com o surgimento da indústria têxtil (fabricando principalmente tecidos de qualidade inferior aos que eram importados da Inglaterra).

Já em 1907, a indústria têxtil estava instalada em 17 estados brasileiros sendo que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham o maior número de fábricas instaladas. Durante os anos de 1905 a 1920, São Paulo sobrepõe-se aos demais estados e passa a ter um maior número de fábricas, inseridas dentro do crescimento industrial paulista.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> IGLESIAS, Francisco. *Op. cit.*, p.57

<sup>12</sup> MOCELLIN, Renato. *Op. cit.*, p.196

<sup>13</sup> LEONARDI, Victor. Primeiras fábricas e formação do capital industrial. In. MENDES Jr., Antonio. MARANHÃO, Ricardo(org.). *Brasil História texto e consulta.*, p. 209

<sup>14</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 - 1915)*, p. 43-44

Renato Mocellin acrescenta que em 1910 já havia 3.424 empresas instaladas em todo o Brasil e em 1920 esse número já chegara a 13.336 estabelecimentos sendo que "a maioria era dedicada aos bens de consumo, para a produção têxtil, alimentos e bebidas."<sup>15</sup> Na tabela a seguir Mocellin mostra as principais indústrias instaladas no Brasil:

Tabela 01

| INDÚSTRIAS PREDOMINANTES |       |       |
|--------------------------|-------|-------|
| Setor                    | anos  |       |
|                          | 1907  | 1919  |
| Têxtil                   | 24,6% | 29,6% |
| Vestuários e calçados    | 8%    | 8,7%  |
| Produtos alimentares     | 19,1% | 20,5% |
| Bebidas                  | 6%    | 5,7%  |

Fonte: Vilela Suzigan<sup>16</sup>

As estatísticas da época incluíam sob o termo estabelecimento industrial tanto fábricas modernas com a produção mecanizada movidas a vapor ou energia hidráulica, como também pequenas oficinas industriais.

À medida se aproximava o final do século XIX, aumentava a participação do capital estrangeiro em todos os setores da economia brasileira, principalmente do capital Inglês. As casas exportadoras e importadoras financiavam os projetos industriais brasileiros. Seus lucros eram transferidos de um setor para o outro.

<sup>15</sup> MOCELLIN, Renato. Op. cit., p. 197

<sup>16</sup> Ibid., p. 197

### 1.2.1 A participação dos imigrantes na industrialização brasileira

Além do capital advindo da atividade cafeeira e da existência da mão-de-obra excedente a partir da abolição da escravidão no Brasil, outro fator de grande importância para a industrialização brasileira foi a grande onda de imigração européia. Trazidos para o trabalho na lavoura do café, os imigrantes eram na maioria das vezes mais alfabetizados do que a classe trabalhadora brasileira. Aos poucos foram em direção às cidades, que estavam em franco processo de crescimento, porque possuíam mais habilidades e domínio das técnicas para o manejo dos equipamentos instalados nas indústrias das cidades. Como a economia crescia cada vez mais depressa e estimulava a especialização, o emprego urbano se multiplicava e o trabalho dos imigrantes tornava-se cada vez mais importante para o processo de industrialização.<sup>17</sup>

Muitos imigrantes despontaram como grandes industriais, principalmente antes da primeira Guerra Mundial.

Warren Dean, fala como os imigrantes tornaram-se industriais:

"Esses imigrantes começaram com negócios de importação e levaram anos, e até decênios, nos seus negócios de importação antes de se aventurarem à indústria. A princípio, o motivo deles era sempre, manifestamente, engrossar a própria linha de importações ou efetuar no país o processamento final de algumas matérias-primas que importavam. Mesmo quando conseguiram passar inteiramente para a produção local dos produtos originalmente importados, continuavam a importar outros artigos(...). Foi assim que Matarazzo, na década de 1920, além de fabricar tecidos, farinha de trigo, alimentos enlatados e açúcar refinado, tinha agências de vendas de automóveis e de filmes de cinema."<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> DEAN, Warren. Op. cit., p.252-253

<sup>18</sup> Ibid., p.270

## 1.2.2 A participação das firmas estrangeiras

A participação de grandes multinacionais no processo de industrialização brasileiro antes da Primeira Guerra Mundial foi feita através de investimentos diretos em agências bancárias. Nesse período já havia filiais no Brasil de companhias de capitais estrangeiros como Bunge and Born, J. and P. Costs, Clark Shoes, etc. Empresas como São Paulo Alpargatas e Fiat Lux, por exemplo, são companhias formadas na Europa para realizar suas operações no Brasil.<sup>19</sup> Já na década de 1920, o investimento estrangeiro volta-se diretamente para o ramo das operações industriais, nesse período começam as operações de companhias como General Motors, Pirelli, Bayer, Swift, IBM, entre outras e algumas empresas como a British American Tobacco e a Standard Oil of New Jersey aumentaram consideravelmente suas empresas.<sup>20</sup>

A indústria brasileira do século XIX até a grande crise de 1929-1932 é subordinada tanto ao capital estrangeiro como ao capital cafeeiro, e muitas das fábricas foram implantadas por importadores-exportadores estrangeiros.<sup>21</sup>

Apesar da industrialização já ser um fato concreto, ela apenas beneficiou alguns estados brasileiros em detrimento dos demais. Tomando o ano de 1919 como base temos:

**Tabela 02**

| Estado              | Produção industrial |
|---------------------|---------------------|
| São Paulo           | 31,5%               |
| Rio de Janeiro      | 28,2%               |
| Rio Grande do Sul   | 11,1%               |
| Pernambuco          | 6,8%                |
| Minas Gerais        | 5,6%                |
| Paraná              | 3,2%                |
| Bahia               | 2,8%                |
| Santa Catarina      | 1,9%                |
| Região Norte        | 1,3%                |
| Goiás e Mato Grosso | 1,4%                |

Fonte: Wilson Cano<sup>22</sup>

<sup>19</sup> DEAN, Warren. Op. cit., p.273.

<sup>20</sup> Ibid., p.273

<sup>21</sup> LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 211

<sup>22</sup> CANO, Wilson, apud, LEONARDI, Victor. Op. cit., p.215

Por esses números podemos perceber como as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste eram atrasadas quanto ao número de indústrias em relação a São Paulo ou Rio de Janeiro. As grandes cidades cresciam atraindo novos capitais e provocando nova expansão industrial. A cidade de São Paulo é um exemplo deste crescimento, em 1872 sua população era de 31.385 habitantes; em 1900 a população atinge 239.820 habitantes e em 1920 sua população já era de 580.000 habitantes.<sup>23</sup>

A indústria nacional diminui seu crescimento depois de 1914 quando a Primeira Guerra Mundial assinala a retração do mercado livre no mundo em termos de comércio, capital e trabalho. O capital mundial tende então a retirar-se de países periféricos ou em processo de industrialização, procurando mercados mais seguros. O Brasil como tinha quase que a totalidade de suas indústrias com capital estrangeiro, perde apenas em 1914, 10 milhões de libras e seu afluxo com o passar dos anos diminui consideravelmente.<sup>24</sup>

No último decênio da República Velha, o índice de crescimento da indústria cai de 8% *per capita*, antes do início da Primeira Guerra Mundial, para cerca de 4% *per capita* após a Primeira Guerra Mundial.<sup>25</sup>

A industrialização no Brasil na década de 1930, acompanha sempre as mudanças na sociedade brasileira, recebendo estímulo do investimento estrangeiro o que possibilitou a retomada do impulso industrial brasileiro. Porém, apesar desse investimento, o país continuava pobre e extremamente dependente de investimentos estrangeiros ( que nos momentos de crise internacional se evadiam do país).

---

<sup>23</sup> LEONARDI, Victor. Op. cit., p.215

<sup>24</sup> DEAN, Warren. Op. cit., p.281

<sup>25</sup> Ibid., p. 281

## **2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE**

### **2.1 Os fatores da fraca industrialização do Nordeste**

Como vimos no capítulo anterior, a industrialização brasileira teve uma grande concentração na região Sudeste (principalmente São Paulo) com quase 60% da produção industrial do Brasil enquanto outras regiões do país, como o Nordeste, no seu conjunto não chegava a 15% da produção industrial brasileira.

Para Victor Leonardi:

"Essa concentração de capitais e da indústria é outra característica do desenvolvimento do capitalismo. Isso fez com que certas cidades e regiões brasileiras fossem se tornando cada vez mais industrializadas, enquanto outros Estados, como os do Centro-Oeste, Nordeste e Espírito Santo quase não possuem indústrias no período da República Velha".<sup>26</sup>

Alcir Veras da Silva enumera alguns motivos para a fraca industrialização nordestina, se comparada a região Sudeste, ligados principalmente a erros na política de industrialização da região:

"a) a grande parcela do capital das indústrias implantadas no Nordeste vem do centro-sul ou de origem estrangeira;

b) cerca de 70% dos insumos industriais (matérias-primas semi-elaboradas), utilizados pelas indústrias locais, provém do eixo Sul;

---

<sup>26</sup>LEONARDI, Victor. Op. cit., p.215

c) de 60 a 80% da produção de manufaturados, tem como mercado a região sulista;

d) a mão de obra de nível especializado procede do centro-sul".<sup>27</sup>

Essa baixa atividade industrial do Nordeste e sua grande dependência em relação ao Sudeste, com exceção de Pernambuco, o grande centro industrial da região, deixa com pouca ou nenhuma atividade a população nas entre-safras agrícolas, pois a região sempre foi caracterizada pela agricultura e pela falta de indústrias capazes de ocupar a mão-de-obra existente e que aplicasse suas riquezas na região.

Em relação as tentativas da industrialização nordestina Clóvis Cavalcanti aponta alguns fatores para sua fraca industrialização:

"Mercado protegido do assédio externo, mediante custos de transportes que tornavam proibitiva a importação de certas manufaturas essenciais (alimentos, têxteis;) (...) abundante e crescente mão-de-obra, sem maior sofisticação; e matéria-prima sobretudo de origem agrícola, quantitativa e qualitativamente suficiente."<sup>28</sup>

Clóvis Cavalcanti comenta o pouco desenvolvimento da indústria nordestina :

"A indústria regional anterior à SUDENE havia se notabilizado, assim, pela disponibilidade de certas matérias-primas agrícolas localmente beneficiadas e por um suporte de mão-de-obra abundante e barata."<sup>29</sup>

Tivemos então na região Nordeste, uma situação em que a mão-de-obra abundante e barata gerada pelas constantes secas, provocava o desemprego no campo e uma conseqüente migração para os grandes centros de beneficiamento de produtos agrícolas.

<sup>27</sup> SILVA, Alcir Veras da. Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste, p.12-13

<sup>28</sup> CAVALCANTI, Clóvis. et. al. Nordeste do Brasil: um desenvolvimento conturbado, p.43

<sup>29</sup> Ibid., p.42

Vários motivos levaram a pouca industrialização do Nordeste. Um deles é a falta de uma política de industrialização nacional que levou o Brasil a ter no mesmo momento, a existência de regiões com diferentes estágios de desenvolvimento. Essa falta de política para o Nordeste levou os governantes a, nas entre-safras agrícolas, preocuparem-se principalmente em construir, através de frentes de emergências, estradas de rodagem e açudes como a melhor solução contra a seca na região.

## 2.2- A indústria têxtil no Nordeste brasileiro

É no contexto mostrado anteriormente, que surge e se destaca no Nordeste a indústria têxtil que, durante boa parte do século XX, torna-se a principal atividade industrial da região impedindo, pela falta de visão empresarial, o desenvolvimento de outros setores da economia nordestina.

A indústria têxtil do Nordeste, tem seu grande impulso na segunda metade do século XIX, quando o algodão passa a ser um dos principais produtos de exportação nacional, sendo uma alternativa à cultura da cana-de-açúcar e constituindo-se num dos principais fatores para o crescimento urbano do Nordeste brasileiro.<sup>30</sup>

Sobre a importância da indústria têxtil para a região Alcir Veras da Silva comenta:

"Em todo Nordeste, foram inúmeras as cidades que cresceram, basicamente, em função da indústria têxtil, chegando em alguns casos a ser ela a única atividade econômica da cidade, conseqüentemente, a única fonte de emprego..."<sup>31</sup>

No início de 1900 (como vimos na tabela 01 do primeiro capítulo) o setor têxtil já apresentava relativa expressividade frente a indústria de transformação nacional. No caso do Nordeste essa participação era bem maior em relação aos demais setores industriais da região, sendo o maior responsável pelo volume de emprego e valor da produção.

---

<sup>30</sup> TAKEIA, Denise Monteiro. Op. cit., p. 25-26

<sup>31</sup> SILVA, Alcir Veras da. Op. cit., p.41

Nessa época, os principais setores da economia que controlavam a produção da cana-de-açúcar e algodão, passaram a investir em empreendimentos como indústrias têxteis ou usinas de açúcar que contribuíram para a industrialização do litoral do Nordeste.

Durante a primeira metade do século XX, novos impulsos são dados à indústria têxtil nordestina, principalmente fatores ligados a economia mundial como as duas Grandes Guerras e a crise de 1929. A nível interno tivemos a substituição das importações brasileiras, em decorrência dos fatores externos.<sup>32</sup>

Comparativamente à região Sul, no Nordeste, a indústria têxtil não apresenta até o ano de 1918 grandes diferenças no desenvolvimento entre as suas regiões. A partir de 1918 a região Sul passa a diversificar sua produção agrícola e volta-se em especial a produção algodoeira e com a crise de 1929 o capital do café irá se transferir para o algodão e este fato beneficiará de forma considerável as indústrias têxteis da região Sul. Mesmo com esses problemas as indústrias do Nordeste ainda conseguem competir em condições de igualdade com o Sul do País.

Entre 1946 e 1950 as vantagens que permitiam a competição nordestina com o sul do país são neutralizadas a partir da substituição das importações no centro-sul que inicia um processo de modernização de suas fábricas e conseqüente expansão da sua capacidade produtiva. Nessa mesma época o Nordeste sofre as pressões do mercado internacional sujeitando-se aos padrões comerciais e financeiros dos trustes internacionais como a SANBRA<sup>33</sup>, Anderson Clayton e Machine Cotton que controlavam o mercado externo nordestino.

A chegada das "três irmãs" denominação dada por Francisco de Oliveira<sup>34</sup> para as multinacionais que se instalaram no Nordeste, dá uma idéia da importância que essas empresas exerciam no mercado mundial. As "três irmãs" receberam da maioria dos governos estaduais do Nordeste incentivos que eram traduzidos em redução de taxas de exportação; empréstimos e facilidades para importação de máquinas, além da isenção fiscal propriamente dita para a sua instalação na região.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> SILVA, Alcir Veras da. *Op. cit.*, p.46-47

<sup>33</sup> Sociedade Algodoeira Do Nordeste Brasileiro, pertencente ao grupo financeiro Burge & Born, cf. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O Maquinista do algodão e o capital comercial*, p. 113.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Francisco de., *apud*, CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Op. cit.*, p. 63

<sup>35</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Op. cit.*, p. 83

Essas empresas se instalavam e financiavam a compra de maquinários para pequenos produtores. O empréstimo oficial era de 1% ao ano e o feito por essas firmas era de 2% ao ano, devido a facilidade com que o empréstimo era adquirido. Porém, além dos juros maiores, os produtores ficavam sujeitos ao que as indústrias davam mais importância neste caso, a matéria-prima que representava 60% dos custos da indústria têxtil.<sup>36</sup>

Quando essas multinacionais entram no mercado causam polêmica até mesmo entre os usineiros estaduais (e mesmo entre os paulistas) e os órgãos responsáveis pela política nacional do algodão, pois mesmo que dotassem o país de um "novo" aparelhamento técnico, essas empresas tinham "privilégios especiais" principalmente dos governos nordestinos.

O jornal "A República" comenta um desses privilégios:

"... depois de protestos e de um parecer contra do CFCE<sup>37</sup>, a Anderson Clayton introduz 15 conjuntos de descaroçadores no Brasil, após conseguir autorização em 'instâncias superiores'. Nesse mesmo momento, os maquinistas de São Paulo importavam 100 instalações das marcas Continental, Lummus e Murray, todos sujeitos aos direitos oficiais."<sup>38</sup>

Mesmo com essas importações, o Nordeste no final da década de 1949 começa a enfrentar um outro problema, a menor produtividade de seu parque industrial em relação a região Sudeste, que possuía uma maior produtividade pois além de ter um parque industrial maior e mais moderno, seu gasto com a mão-de-obra acaba sendo bem menor.

Albuquerque identifica o atraso do maquinário do Nordeste com o seguinte comentário: "... que a grande concentração de operários por fábrica identifica um equipamento mais antigo."<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p. 78

<sup>37</sup> CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR.

<sup>38</sup> QUEM vê a barba do vizinho arder, bota a sua de molho. A República, Natal, 11 jun. 1935, apud, CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p. 118

<sup>39</sup> ALBUQUERQUE, Rui H. P. L., apud, CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p. 171-172.

Como a indústria têxtil do nordeste "incomodava" a indústria têxtil paulista, principalmente, os empresários sulistas defendiam a não modernização do Nordeste, para competir em condições de igualdade com as fábricas paulistas. Os empresários da região Nordeste utilizavam máquinas atrasadas tecnologicamente frente as que eram utilizadas no Sul do País, uma maior jornada de trabalho e conseqüentemente o intensivo uso da mão-de-obra, provocando um efeito contrário ao que os empresários nordestinos esperavam, no caso uma competição igualitária entre as regiões. A tabela a seguir mostra um pouco desses números principalmente se compararmos Pernambuco com o Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e Minas Gerais, já que São Paulo na época já havia se tornado o principal centro industrial brasileiro.

Tabela 03

| <b>Estados com estabelecimentos têxteis em 1949 / número de empregados</b> |                            |          |                        |
|--|----------------------------|----------|------------------------|
| <b>Pernambuco</b>  | <b>27 estabelecimentos</b> |          | <b>31.510 pessoas</b>  |
| <b>Distrito Federal</b>  | <b>28</b>                  | <b>"</b> | <b>23.981</b> <b>"</b> |
| <b>São Paulo</b>   | <b>488</b>                 | <b>"</b> | <b>72.335</b> <b>"</b> |
| <b>Minas Gerais</b>  | <b>131</b>                 | <b>"</b> | <b>27.011</b> <b>"</b> |
| <b>Outros</b>  | <b>154</b>                 | <b>"</b> | <b>52.251</b> <b>"</b> |

Fonte: CEPAL, Produtividade da mão-de-obra na indústria algodocira de 5 países latino-americanos, quadro n.º 6. p. 38.<sup>40</sup>

Esses números indicam um pouco do retrato da indústria nordestina, no caso de Pernambuco, o estado mais industrializado da região, mesmo com menos fábricas que Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal possuía um número de empregados superiores aos dos estados citados anteriormente mostrando assim a preocupação dos empresários em ter mais empregados nas fábricas, para poder competir com os outros estados mesmo significando uma menor produtividade por empregado nas fábricas.

<sup>40</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p.172

O surgimento de novos setores na economia da região Nordeste como mineração e a metalurgia provoca a perda de espaço da indústria têxtil. Enquanto isso, a modernização da indústria têxtil no centro-sul, a construção de rodovias e o reaparelhamento do transporte marítimo permitiram a entrada de produtos industrializados na região Nordeste. Após 1949, a situação se agrava ocorrendo a descapitalização da indústria regional, demonstrativo da falta de competitividade e do obsolescimento do equipamento da indústria nordestina no final da década de 1940, resultando no fechamento de algumas fábricas.

### **2.3 - A Indústria no Rio Grande do Norte**

O processo de industrialização no Rio Grande do Norte tem seu grande impulso no fim do século XIX quando o algodão já na época um dos principais produtos de exportação do Estado, começa a ser beneficiado de uma forma rudimentar onde o caroço é separado do algodão através de uma máquina chamada de bolandeira.<sup>41</sup>

As boladeiras eram localizadas nas principais terras que produziam algodão no Estado, e por volta de 1922 entram em decadência e são substituídas por outra máquina, o locomóvel, movida a vapor e mais veloz, seu uso se espalha por todo o Estado. Paulo Pereira dos Santos afirma que em 1922 dos 37 municípios existentes no Rio Grande do Norte na época, apenas 4 não possuíam esse maquinário.<sup>42</sup>

Por esses números podemos perceber até aquele momento a inexistência da usina no mercado de beneficiadores locais e a queda da bolandeira. Com o tempo, os descaroçadores movidos a vapor, localizados em sua grande maioria no interior do estado, cresceram e ganharam uma melhor estrutura. Era o tempo das usinas de beneficiamento de algodão. A bolandeira e a pequena máquina de serra iam sendo eliminadas, pois perdiam competitividade em relação as usinas que possuíam uma maior quantidade de serras nas máquinas.

---

<sup>41</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)*, p. 134

<sup>42</sup> *Ibid.*, p.136.

Até o ano de 1935, as estatísticas não trazem referências sobre as usinas para a industrialização do algodão. Nesse ano aparecem 14 usinas espalhadas pelo Estado o que representava 4,4% dos beneficiadores no Rio Grande do Norte, ficando os descaroçadores com 90,0%, as Bolandeiras com 2,8% e as Prensas de Exportação com mais 2,8%.<sup>43</sup>

### **2.3.1 - A atuação da multinacionais no Rio Grande do Norte**

A entrada de multinacionais no mercado potiguar acontece em 1924 com a chegada do grupo inglês Machine Cotton que se instalou no interior com o nome de Algodoeira São Miguel S/A. Essa empresa só comprava algodão do tipo mais longo, já que esse algodão era utilizado para a fabricação de linhas para costura, sem exercer uma imposição de preços aos produtos que comprava. Por esse motivo sua chegada ao Rio Grande do Norte foi bem aceita, porque não feria os interesses da oligarquia algodoeira do estado. As duas outras multinacionais a SANBRA e a Anderson Clayton, chegam ao estado na década de 1930, instalam-se no interior com modernos equipamentos para o beneficiamento do algodão e iniciam sua ação desarticuladora da estrutura oligárquica local.

A chegada das duas últimas empresas provoca protestos em todo o estado, principalmente no âmbito político. Isso deve-se ao fato das duas empresas controlarem todas as zonas algodoeiras espalhando centros de compra pelo estado, além do fato de impor o preço do produto para compra. Clementino coloca ainda que no "fato das empresas se interessarem mais pelo caroço que pela pluma residia a principal ameaça"<sup>44</sup>

Assim a influência da entrada do capital estrangeiro na comercialização do algodão ameaçava a ordem estabelecida. As casas exportadoras que não entraram no ramo do beneficiamento foram eliminadas do mercado algodoeiro e quem conseguiu entrar teve que se modernizar com equipamentos equivalentes aos da multinacionais, sendo os custos para a aquisição desses equipamentos muito elevados.

Em 1942 o número dos estabelecimentos haviam sido reduzidos a quase 50%, dos 321 beneficiadores de algodão existentes no ano de 1935, apenas 168 permaneciam com suas atividades.

---

<sup>43</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p. 65.

<sup>44</sup> Ibid., p.122-123.

Os protestos da oligarquia algodoeira local contra a atuação da Anderson Clayton e SANBRA principalmente, durante o governo do Interventor Dr. Rafael Fernandes de Gusmão (1937-43), levaram o Estado a decretar que só poderia exportar ou comercializar o algodão no Rio Grande do Norte quem mantivesse campos experimentais para distribuição gratuita de sementes aos agricultores da região. Essa medida acaba afastando as multinacionais do Estado por aproximadamente 20 anos, além respaldar a oligarquia algodoeira. Afastadas as multinacionais é a vez das grandes firmas locais se estabelecerem de maneira mais direta no mercado.<sup>45</sup>

### **2.3.2 - O crescimento das cidades do interior do Rio Grande do Norte durante a década de 1930-1940**

Com a reestruturação do beneficiamento do algodão, principalmente no pós-30 tivemos o surgimento de muitas cidades do Rio Grande do Norte neste período, Clementino, citando Câmara Cascudo, distingue dois momentos na reestruturação do beneficiamento do algodão, um de transição e outro de generalização das usinas. É no primeiro momento que algumas cidades surgem e outras ganham impulso no seu desenvolvimento:

"... O primeiro, de transição, se caracteriza pela 'saída' da máquina de trabalho (descaroçadora) do interior das grandes fazendas e sua concentração nos pequenos núcleos urbanos do interior próximos às zonas de produção de algodão. Por essa época, muitos desses núcleos passaram a condição de cidade. Esse momento se estende da década de 30 até os anos 40 ..."<sup>46</sup>

De acordo com Clementino, à medida que surgiram as "firmas algodoeiras" no interior do Rio Grande do Norte, os pequenos maquinistas foram eliminados das fazendas e realocados em pequenos núcleos urbanos do interior, que formaram futuros municípios.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup>CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p.-137.

<sup>46</sup> CASCUDO, Luís da Câmara, apud, CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit., p. 127

<sup>47</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Economia e Urbanização. O Rio Grande do Norte nos anos 70, p. 142.

Apesar da troca das fazendas por núcleos urbanos, o Estado do Rio Grande do Norte não teve um grande acréscimo no número de municípios registrados pelo Censo demográfico que de 37 em 1920, foi ampliado para 42 em 1940, 48 no de 1950 e 83 em 1960.<sup>48</sup> Nesse mesmo período o Censo de 1940 mostra que apenas 6 município tinham mais de 5.000 habitantes e mais de 50% não possuíam 2.000 habitantes, esses números podem demonstrar que mesmo com a instalação de fábricas para o beneficiamento do algodão no interior do Estado, poucas cidades surgiram ou cresceram substancialmente em termos de população. Outro fato a ser registrado é que as cidades que surgiram ou cresceram nesse período quase todas se localizavam em zonas de grande produção algodoeira, é o caso de Currais Novos, no Seridó e de Baixa-Verde, na região do Mato Grande<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> IBGE, Censos Demográficos do Rio Grande do Norte, 1920, 1940, 1950.

<sup>49</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Economia e urbanização. O Rio Grande do Norte nos anos 70, p. 159.

### 3- A IMPORTÂNCIA DA FIRMA JOÃO CÂMARA & IRMÃOS NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE ANTIGA BAIXA-VERDE

#### 3.1 - O surgimento do povoado de Baixa-Verde

A povoação de Baixa-Verde surge com um desvio da estrada de ferro Natal-Lages. Ao invés de passar pelo povoado chamado Assunção a ferrovia passa a uma distância de aproximadamente 4 quilômetros no local que as pessoas costumavam chamar de Matas. Paulo Pereira dos Santos fala sobre como surgiu o vilarejo:

"Com o assentamento da estação ferroviária num vagão de trem em 12 de Outubro de 1910, pelos construtores da Estrada de ferro Natal-Lages, o local foi utilizado como residência do Dr. Antônio Proença, engenheiro da companhia construtora da estrada de ferro, assim outras casas foram surgindo ao redor da estação ferroviária essas casas foram aumentando em quantidade criando ruas, nascendo a vila e, posteriormente, à cidade de Baixa-Verde."<sup>50</sup>

O nome Baixa-Verde tem suas origens num antigo povoado com o mesmo nome, existente no Município de Taipú. Como seus moradores mudaram-se, em sua grande maioria, para Matas a região passou a levar o nome da antiga povoação. Após o assentamento da estação ferroviária, o local passa a ser freqüentado por pessoas de diversos lugares.<sup>51</sup>

Baixa-Verde, o nome?

<sup>50</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. Baixa-Verde, retalhos de sua história, p. 13

<sup>51</sup> Ibid, p. 14

### 3.2 - A firma João Câmara & irmãos

Natural do município de Taipú, João Severiano da Câmara chega à Baixa-Verde em 1914 com um de seus irmãos e instala uma pequena mercearia. No início o comércio de João da Câmara se resumia a venda de alimentos para os trabalhadores da estrada de ferro Natal-Lages. Nessa época conhece Fernando Gomes Pedroza, até então técnico do Ministério da Agricultura que cuidava de um campo experimental de algodão na região da Serra Verde. Após cultivar amizade com Fernando Pedroza, João Câmara passa a comercializar o algodão em caroço, até que arrenda uma fazenda, denominada "Jacaré" para o plantio de algodão. Posteriormente João Câmara aluga um velho locomóvel para separar o algodão e em 1917 abre a firma João Câmara & Irmão, com o irmão Jerônimo Câmara.

Fernando Gomes Pedroza cria nessa época a Firma Wharton, Pedroza & Cia, que por muitos anos figurou como a maior empresa de algodão do Estado. Padronizou os tipos de algodão e organiza uma grande rede comercial no estado. João Câmara aparece como um agente que ganhava uma comissão e financiava as safras de pequenos produtores. Em 1918, João Câmara substituí o seu velho locomóvel ultrapassado por outro mais moderno e tendo Fernando Pedroza como sócio, funda a fazenda de Parazinho.<sup>52</sup>

A partir de 1922 a firma muda de razão social e passa a se chamar João Câmara & Irmãos com o acréscimo de outro irmão, Alexandre Câmara. Além da mudança no nome a firma compra um motor novo para o beneficiamento do algodão, em 1924 compra um motor mais potente, Segundo Paulo Pereira dos Santos "era o maior e melhor conjunto para o beneficiamento de algodão que Baixa-Verde tinha."<sup>53</sup>

A década de 1930 talvez tenha sido a mais importante para a firma, em 1933 conseguia exportar o algodão e em 1934 alcançava o primeiro lugar nas exportações estaduais e em 1935 instala em Baixa-Verde uma fábrica de óleo. Nessa mesma década através de um empréstimo tomado em São Paulo ao Conde Francisco Matarazo, compra mais uma usina de óleo no município de Fernando Pedroza, outra usina de óleo em Nova Cruz e adquire da SANBRA instalações em São Tomé e Açú para armazenamento e beneficiamento de algodão (ver anexo sobre as exportações de algodão no Rio Grande do Norte nos anos de 1937, 1938, 1939, 1945, 1946, 1947,1948). Em 1938 e 1939 alcança

<sup>52</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. João Câmara: um homem admirável, p. 31-32

<sup>53</sup> Ibid., p. 38

novamente o primeiro lugar em volume e valor da exportação. Todo o algodão da firma de João Câmara era comprado pela empresa Matarazzo em São Paulo.<sup>54</sup>

O primeiro grande problema enfrentado pela firma foram as chuvas de 1940 que prejudicaram toda a safra de algodão do estado do Rio Grande do Norte na época, e fizeram com que a empresa pedisse concordata, aceita em 1942, para o pagamento em quatro anos. Em curto período toda a produção da firma seria entregue a Wharton, Pedroza que regularia os preços da compra.

Após esse período que obrigava a ficar ligado a sua concorrente, João Câmara & Irmãos renegociou suas dívidas e em 1945 aparece em quarto lugar nas exportações feitas pelo estado; em 1946 alcança o primeiro lugar em volume e o segundo em valor; em 1947 e 48 ocupa o primeiro lugar em exportação no volume e valor, em 1948 arrecada em Cr\$ 7.440.000,00 impostos para o Estado.<sup>55</sup>

Com a morte de João Câmara em dezembro de 1948, a firma perdia além de seu fundador o homem que nos momentos de crise tomava decisões importantes, a pessoa com a visão e capacidade empresarial para fazer a firma sair do vermelho. Assume a empresa seu genro José Arnaud, porém os dois irmãos se desligam dos negócios e na década de 1950 começa o retrocesso na vida da empresa, até seu fechamento.

Ainda na década de 1950 a fazenda "Parazinho" e mais 33 propriedades rurais, instalações industriais e imóveis são adjudados pelo Banco do Brasil por uma dívida de 250.000 Cr\$, o então governador eleito Walfredo Gurgel desapropria as terras da empresa para distribuí-las., segundo João Maria Furtado "de maneira fraudulenta".<sup>56</sup>

### **3.3 - A dependência da cidade de Baixa-Verde das ações de João Câmara**

A antiga cidade de Baixa-Verde surge, como vimos com a instalação da estação de trem no local, porém o carro chefe de seu desenvolvimento foi a firma de João Câmara & Irmãos, o vilarejo surge ligado a cidade de Taipú e em 1929 já é elevado a categoria de Município de acordo com a lei n.º .697 de 29/06/1928, sendo João Câmara seu primeiro prefeito. Em 1935, após 6 anos de maioria política, conseguia sua comarca de acordo com a lei n.º 852, de 11/06/1935.

<sup>54</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. João Câmara: um homem admirável, p. 42

<sup>55</sup> Ibid., p. 46-47

<sup>56</sup> FURTADO, João Maria. Vertentes. p. 63

Durante o período de funcionamento da empresa, além de contribuir para elevação de vila ao status de cidade, a empresa abriu na cidade cerca de 600 quilômetros de estradas que ligavam fazendas produtoras de algodão a sua fábrica em Baixa-Verde. A primeira fábrica da firma que se localizava em Baixa-Verde. Durante o auge da firma a cidade chegou a possuir a maior área cultivada do algodão no Estado, que abastecia apenas a fábrica de Baixa-Verde.<sup>57</sup>

No período de funcionamento da fábrica ocorreu um aumento populacional da cidade, conforme mostram os Censos demográficos do IBGE:

**CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE RELATIVOS  
AS DÉCADAS DE 30,40 E 50 NO MUNICÍPIO DE BAIXA-VERDE<sup>58</sup>**

|  |               |
|--|---------------|
| <b>População presente no Censo de 1940</b> | <b>20.375</b> |
| <b>População presente no Censo de 1950</b> | <b>24.745</b> |
| <b>População presente no Censo de 1960</b> | <b>13.928</b> |

Os Dados Apresentados acima correspondem apenas ao município de Baixa-Verde como um todo, levando também em consideração o então distrito de São Bento do Norte, os dados abaixo mostram as duas cidades de maneira separada:

|                                       |               |
|---------------------------------------|---------------|
| <b>População em Baixa-Verde(1940)</b> | <b>13.644</b> |
| <b>População em São Bento(1940)</b>   | <b>6.731</b>  |
| <b>População em Baixa-Verde(1950)</b> | <b>14.586</b> |
| <b>População em São Bento(1950)</b>   | <b>10.159</b> |
| <b>População em João Câmara(1960)</b> | <b>13.928</b> |

*Fonte: Censos Demográficos do IBGE<sup>59</sup>*

<sup>57</sup> A REPÚBLICA, 12/12/1949.

<sup>58</sup> Baixa-Verde é criada em 29/10/1928 e elevada a cidade em 11/06/1935. O primeiro Censo feito pelo IBGE foi o de 1940, pois o mesmo foi fundado na década de 30. Os Censos são relativos à década anterior a sua publicação.

<sup>59</sup> Em 19/11/1953 Baixa-Verde passa a ser João Câmara e em 25/11/1953 São Bento do Norte é elevada a categoria de cidade.

O Jornal "A Republica" aborda em artigo intitulado a "Vida dos Municípios" alguns dados sobre João Câmara e Baixa-Verde:

"(...) Como a cidade não possuía infra-estrutura e o Estado não tinha condições para bancar, João Câmara financia a perfuração de poços na cidade, compra e instala moinhos, além de emprestar dinheiro ao Estado para as obras. Cento e tantos contos tomados emprestados a juros por João Câmara que recebeu do Estado, uma pequena quantia em dinheiro e o resto em apólices pagáveis em cinco anos e com juros menores aos que foram tomados por João Câmara no momento do empréstimo aos credores, esses negócios deram um prejuízo de mais 40 contos de réis a João Câmara, que ainda assim continuou a ajudar a cidade. (...) Quando Baixa-Verde se constitui município autônomo, não havia dinheiro para as instalações necessárias e que essas despesas saíram do seu bolso..."<sup>60</sup>

João Câmara também empresta dinheiro para a construção da Escola Municipal, para a construção dos mercados das localidades de Queimadas, São Bento e Parazinho e da própria Baixa-Verde, cemitério municipal, poços tubulares nos antigos povoados de Pedra Preta, Poço Branco e Jandaíra que na época eram apenas fazendas produtoras do algodão e que mais tarde tornaram-se municípios, além do dinheiro para essas obras João Câmara também emprestou dinheiro ao Estado para a construção da linha telegráfica na região.<sup>61</sup> Esse dinheiro era emprestado num prazo de um ano e sem juros, sem que o Estado o pagasse com regularidade.

A primeira estrada de rodagem da cidade, foi construída numa parceria entre João Câmara e o Estado, e ligava Baixa-Verde ao município de Taipú. Outra estrada unia Baixa-Verde e alguns povoados do município de Touros e interligava todas as feiras livres da região de Serra Verde, foi financiada diretamente por João Câmara.

Como a prefeitura nunca possuiu automóvel durante as inaugurações e viagens oficiais utilizava-se o carro particular de João Câmara, sem que a prefeitura pagasse um real pelo mesmo.

<sup>60</sup> A REPÚBLICA, 31/01/1932

<sup>61</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. João Câmara: um homem admirável. p. 55

Como se pode perceber, a cidade desde a sua criação depende de João Câmara, segundo João Maria Furtado, primeiro Juiz de Direito da cidade e natural do próprio município, "os negócios da firma prosperam de tal forma que chegam a monopolizar 90% do comércio da cidade."<sup>62</sup>

Em outro artigo do Jornal "A República" denominado " A Pedidos" João Câmara defende-se das acusações de usar a prefeitura em benefício próprio, utilizar os poços abertos em Parazinho e outras cidades pelo IFOCS<sup>63</sup> e não pagar impostos ao município.

"... em relação ao poço de Parazinho a empresa não deixa nenhuma instalação, além de ter sido custeado pela firma João Câmara & Irmãos, os referidos poços não davam lucro e que o lucro que o acusavam de ter com os poços provinha do plantio do algodão na fazenda. (...) sobre os impostos devidos a prefeitura, a firma paga 1/3 de todos os impostos arrecadados pelo fisco municipal ..."<sup>64</sup>

Câmara Cascudo coloca como benefícios trazidos para a cidade por João Câmara a luz elétrica, através de geradores colocados na cidade, a água através da perfuração de poços e também o policiamento.<sup>65</sup>

### **3.4 - A importância da firma João Câmara & Irmãos para o Estado**

No decorrer de sua existência a firma João Câmara & Irmãos, competiu e superou algumas vezes, as multinacionais que estavam instaladas no estado, ocupando o primeiro lugar nas exportações e em volume do algodão.

Todo o ganho da firma era reinvestido no estado especificamente nas suas empresas e nas nove cidades do estado em que a empresa possuía usinas ou filiais. João Câmara introduziu no estado a cultura do Sisal como alternativa para a economia estadual.

Entre os anos de 1927 e 1931 entram diretamente nos cofres do Estado mais de 1.000 contos de réis.

<sup>62</sup> FURTADO, João Maria. Vertentes. p. 49.

<sup>63</sup> INSTITUTO FEDERAL DE OBRAS CONTRA A SECA

<sup>64</sup> A REPÚBLICA, N° 374, 31/01/1932

A partir de 1939 a empresa torna-se acionista do Banco do Rio Grande do Norte com 144 ações, ficando como quinto maior acionista do Banco, permanecendo com esse número de ações até 1944 quando passa a ter 44 ações e decrescendo para décimo primeiro lugar entre os acionistas. Segundo Clementino, "é preciso registrar a existência de grupos locais 'fortes' e capazes de dividir o controle do mercado algodoeiro a nível estadual."<sup>66</sup> O nome da firma aparece atrás de grandes nomes na economia do Rio Grande do Norte, como S/A Wharton, Pedroza, Fabrício Gomes Pedroza, Francisco Matarazzo.<sup>67</sup>

Antes da morte de João Câmara, a empresa ainda continuava em pleno crescimento, seria transformada em sociedade anônima e estava instalando na fábrica de beneficiamento de Baixa-Verde a maior e mais moderna prensa do mundo para o beneficiamento do algodão. Com sua morte a empresa perde seu principal administrador. Seus sonhos estavam direcionados quase sempre para a agricultura ou ainda para a indústria do Rio Grande do Norte, segundo Paulo Pereira dos Santos antes da sua morte "sua maior vontade, nos últimos anos de sua vida, era implantar a mecanização da lavoura, multiplicando assim a sua produção."<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. História de um Homem (João Severiano da Câmara). p. 96

<sup>66</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Economia e Urbanização. O Rio Grande do Norte nos anos 70, p. 140.

<sup>67</sup> A REPÚBLICA, 1939 - 1945.

<sup>68</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. Um homem admirável: João Câmara: o empresário e o político, p. 67.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a historiografia norte-rio-grandense, via de regra, tem se ocupado dos grandes municípios do Estado e as monografias que constituem a produção acadêmica dos alunos do curso de História contemplam, de forma geral aspectos de natureza política. Nossa preocupação voltou-se para a pesquisa de uma temática não explorada, A influência da firma João Câmara & Irmãos no desenvolvimento cidade de Baixa-Verde, durante os anos de 1927 a meados da década de 1950.

No decorrer do nosso trabalho buscamos contextualizar o tema no processo de industrialização brasileiro e regional e comentamos sobre a penetração das multinacionais no sistema econômico do Rio Grande do Norte e seus reflexos.

A firma de João Câmara & Irmãos surge no final do movimento de industrialização brasileira na década de 1920, nesse processo começam a se instalar no Brasil, grandes indústrias multinacionais, principalmente no Sudeste região que mais se beneficiou com a instalação dessas indústrias. É com a industrialização que cidades como São Paulo começam a crescer.

No Nordeste, a industrialização não ocorreu de forma tão intensa como no Sudeste do Brasil pois o que tínhamos aqui na região eram poucas indústrias que eram principalmente relacionadas ao ramo têxtil, enquanto o Sudeste possuía uma maior diversificação industrial. Mesmo sendo menos industrializada. Na região Nordeste a industrialização causou o surgimento de várias cidades, como o caso da cidade de Paulista em Pernambuco.

No Rio Grande do Norte, a firma de João Câmara & Irmãos surge na antiga cidade de Baixa-Verde como uma fábrica de descaroçamento de algodão e aos poucos vai crescendo suas atividades e em pouco tempo já é uma das maiores firmas do estado com 6 filiais em 6 municípios do Estado e mais representações na capital e outros municípios produtores de algodão.

Conseguimos mostrar nesta monografia que a firma e seu fundador tiveram uma atuação fundamental no crescimento da cidade de Baixa-Verde. Essa atuação ocorreu com a abertura de rodovias ligando a cidade a vários outros municípios, seja emprestando dinheiro para a construção de um mercado público ou então um grupo escolar. A população da cidade, no primeiro Censo demográfico do IBGE, supera 10.000 habitantes, um grande crescimento se considerarmos que municípios do Rio Grande do Norte mais antigos não chegavam a 5.000 e Baixa-Verde em pouco mais de 10 anos de existência já supera este número. É justamente nessa primeira década de existência da cidade que a firma alcança o primeiro lugar nas exportações de algodão.

Além da importância para a cidade, a firma também teve importância para o estado do Rio Grande do Norte, pois foi uma das poucas firmas do Rio Grande do Norte a conseguir competir e até superar empresas multinacionais instaladas e apoiadas pelo governo do Estado nas exportações de algodão feitas pelo Rio Grande do Norte.

Durante o período que a firma funcionou, além de superar empresas mais estruturadas nas exportações, todo o lucro da empresa era reinvestido no próprio estado do Rio Grande do Norte, através da compras de equipamentos que deixavam suas fábricas entre as mais modernas do Rio Grande do Norte e até do Brasil, já que pouco antes da morte de João Câmara a firma comprava equipamentos, até então inexistentes no Rio Grande do Norte, para a fábrica em Baixa-Verde que já era uma das maiores do Estado. Além das usinas de beneficiamento espalhadas pelo Rio Grande do Norte, o Estado também aparece com uma das maiores áreas plantadas com o algodão em todo Nordeste.

Conseguimos também mostrar que o crescimento da cidade deveu-se sobretudo as ações de João Câmara que foi muito além de empresário ou político, já que foi o primeiro prefeito da cidade, o único Senador da região e uma das maiores fortunas do Rio Grande do Norte. Foi João Câmara que introduziu no em todo o Rio Grande do Norte a cultura do agave, que após o algodão deu uma sustentação a economia da cidade de Baixa-Verde.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARBOCZ, István Inre Lászio. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN. Ed. universitária, 1986.
- ALENCAR, Francisco, CARPI, Lúcia, RIBEIRO, Marcos Vinícios. **História da sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. cap. 2, p. 135-162.
- BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Zero Hora: Publifolha, 1997.
- CAVALCANTI, Clóvis et. al. **Nordeste do Brasil: um desenvolvimento conturbado**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- \_\_\_\_\_, **História de um Homem**(João Severiano da Câmara). Natal: Departamento de Imprensa, 1954.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O Maquinista do algodão e o capital comercial**. Natal : UFRN. Ed. Universitária., 1986.
- \_\_\_\_\_. **Economia e Urbanização: O Rio Grande do Norte na década de 70**. Natal: UFRN. Ed. Universitária,
- DEAN, Warren. A Industrialização durante a República Velha. In. FAUSTO, Bóris (Org.) **O Brasil republicano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil , 1989. t. 3, cap. 2, p. 249-283.
- FURTADO, João Maria. **Vertentes**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976.
- HOBSBAWN, Erick J. **A era das revoluções(1789 - 1848)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

- IGLESIAS, Francisco. **A industrialização brasileira.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- LEONARDI, Victor. Primeiras fábricas e formação do Capital Industrial. In: MENDES JR., Antonio., MARANHÃO, Ricardo (Org.) **Brasil História: texto e consulta (República Velha).** 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. v 3, cap. 69.
- LIMA, Nestor. **Municípios do RN: Baixa-Verde, Caicó, Canguaretama e Caraúbas.** Mossoró: Fundação Vingunt Rosado; 1937( coleção mossoroense, série C, v. 596) - ed. fac-similar da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v. 27/28. 3 ed, 1990
- MOCELLIN, Renato. **A história crítica da nação brasileira.** São Paulo: Ed. do Brasil, 1987.
- SANTOS, Paulo Pereira. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX.** Natal: Clima, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Baixa-Verde: retalhos de sua História.** Natal: Clima, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Um homem admirável: João Severiano da Câmara: o empresário e o político.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- SILVA, Alcir Veras da. **Algodão e indústria têxtil no Nordeste: uma atividade econômica regional.** Natal: UFRN: Ed. Universitária, 1980.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Um Outro Nordeste, o algodão na economia do Rio Grande do Norte(1880-1915).** Fortaleza: BNB. ETENE, 1985. (Documentos do Nordeste 4).

## **Fontes**

A República, Natal, 1930 -1951

**IBGE, Censos Demográficos do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro, 1940 - 1950 -  
1960.

**IBGE, A vida dos municípios do Rio Grande do Norte,** Rio de Janeiro, 1960.

## ANEXO I

### Quadro dos Principais Exportadores do Estado, nos Exercícios de 1937/39 e 1945/48

| Anos | Firmas                  | Volumes | valor         |
|------|-------------------------|---------|---------------|
| 1937 | João Câmara & Irmãos    | 89.039  | 8.867.105,30  |
|      | S/A Warthon Pedroza     | 30.281  | 16.869.895,80 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.  | 24.090  | 13.059.776,70 |
|      | Anderson Clayton & Cia. | 20.647  | 4.519.212,50  |
|      | SANBRA S/A              | 19.408  | 8.187.067,90  |
| 1938 | João Câmara & Irmãos    | 173.612 | 19.696.339,10 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.  | 28.786  | 16.066.574,50 |
|      | S/A Wharton Pedroza     | 21.284  | 11.752.840,20 |
|      | SANBRA S/A              | 7.721   | 4.736.310,50  |
|      | Anderson Clayton & Cia. | 2.596   | 1.509.834,40  |
| 1939 | João Câmara & Irmãos    | 65.545  | 4.132.132,30  |
|      | S/A Wharton Pedroza     | 33.391  | 18.684.980,80 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.  | 30.825  | 18.592.052,20 |
|      | SANBRA S/A              | 6.601   | 4.128.286,90  |
|      | Anderson Clayton & Cia. | 2.532   | 1.449.328,80  |
| 1945 | João Câmara & Irmãos    | 6.759   | 11.258.253,00 |
|      | S/A Wharton Pedroza     | 24.299  | 37.369.377,50 |
|      | José Brito & Cia.       | 10.487  | 14.225.308,00 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.  | 10.123  | 14.557.603,00 |
|      | Dinarte Mariz & Cia.    | 6.129   | 11.258.253,90 |

|      |                        |        |               |
|------|------------------------|--------|---------------|
| 1946 | João Câmara & Irmãos   | 47.512 | 36.378.288,00 |
|      | S/A Wharton Pedroza    | 22.476 | 40.156.280,10 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda. | 18.802 | 30.281.603,30 |
|      | Dinarte Mariz & Cia,   | 12.410 | 22.863.444,80 |
|      | SANBRA                 | 2.053  | 4.310.280,50  |

|      |                          |        |               |
|------|--------------------------|--------|---------------|
| 1947 | João Câmara & Irmãos     | 58.336 | 78.087.953,80 |
|      | S/A Wharton Pedroza      | 22.476 | 53.684.080,10 |
|      | Expor. Dinarte Mariz S/A | 5.928  | 13.880.072,50 |
|      | José de Brito & Cia.     | 5.243  | 10.924.032,50 |
|      | SANBRA S/A               | 5.246  | 12.789.118,70 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.   | 4.638  | 10.072.464,30 |

|      |                          |        |               |
|------|--------------------------|--------|---------------|
| 1948 | João Câmara & Irmãos     | 99.485 | 85.050.684,80 |
|      | S/A Wharton Pedroza      | 31.045 | 76.158.979,40 |
|      | Fernandes & Cia. Ltda.   | 22.587 | 57.130.364,00 |
|      | SANBRA S/A               | 16.312 | 42.322.839,30 |
|      | José de Brito & Cia.     | 8.347  | 22.731.705,50 |
|      | Expor. Dinarte Mariz S/A | 4.429  | 12.237.116,30 |

Fonte: Amaro Osvaldo Pinheiro, Diretor de Recebedoria de Rendas, Antônio Felix Santana, encarregado da Carteira de Estatística de Recebedoria.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Cf. SANTOS, Paulo Pereira dos. Um homem admirável: João Câmara: o empresário e o político, p. 143.

## ANEXO II

Arrecadação municipal existente no Jornal "A República" relativa aos anos 1933, 1935, 1938 e 1944<sup>70</sup>

| Ano  | Arrecadação  |
|------|--------------|
| 1933 | 129:026\$800 |
| 1935 | 87:888\$700  |
| 1938 | 162:425\$800 |
| 1944 | 186.328,10   |
| 1955 | 1.116        |
| 1956 | 1.442        |

Fonte: "A República" e IBGE<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Não aparece a arrecadação municipal dos anos de 1929 a 1933, 1934, 1936 a 1938, 1940 a 1943, 1945 e 1946, em 1947 existe apenas o Diário Oficial do Estado no lugar do Jornal "A República". Entre 1949 e 1950 o jornal apenas trata da morte de João Câmara/ de 1951 a 1957 não existe o jornal. Até 1938 a moeda é o Réis em 1944 passa a ser Cruzeiro.

<sup>71</sup> A vida dos municípios brasileiros - 1960